

Convite ao Debate

QUEM FAZ AS PSICOLOGIAS SOCIAIS?
WHO MAKES THE SOCIAL PSYCHOLOGIES?

Peter Spink

Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil

Em um encontro com o título “A psicologia social e seus movimentos”¹, participar de um fórum sobre “Abrapso 30 anos: psicologia social hoje” é um convite, imagino, para entrar no debate sobre a organização conceitual das diferentes fases, escolas, pressupostos epistemológicos e teóricos que fazem das psicologias sociais brasileiras aquilo que atualmente são. Uso o plural propositalmente para reconhecer que, mesmo compartilhando a expressão “psicologia social”, somos mais parecidos às tribos nômades do deserto que passam uma ao lado da outra, conversando de vez em quando, do que um único povo articulado, assentado e urbanizado. Nesse sentido, quero lembrar que faleceu recentemente nosso colega de profissão, professor e ator Bernardo Jablonski da PUC-RJ, que manteve uma linha de investigação com Terezinha Fêres-Carneiro sobre as expectativas e visões do mundo de jovens solteiros frente à família e ao casamento. Ele foi coeditor de um dos livros-textos mais vendidos no nosso campo: *Psicologia Social* de Rodrigues, Assmar e Jablonski (agora na sua 28ª edição, 2010, Editora Vozes). Não é um livro que tenho em casa – mas é um livro que conheço. Os autores assumem posições teóricas-metodológicas e epistemológicas radicalmente diferentes das minhas, mas nem por isso deixam de ser psicólogos sociais, não deixam de estar preocupados sobre questões importantes do cotidiano atual. Esse reconhecimento serve como introdução ao tópico que quero discutir: a utilidade da noção de “movimentos” e da ideia de “organização conceitual” do campo. Ou, para ser mais direto: até que ponto a busca de organizar e dar coerência ao campo da psicologia social tem algum efeito ou utilidade prática para além da estética que, tal como num álbum de fotos familiares, busca deixar “tudo arrumado e bonito”.

Por efeito, quero dizer algo do tipo: B é um produto de A. No nosso caso, a razão de prestar atenção e arrumar A (as ideias, teorias, conceitos) seria por causa de seu efeito em B (as ações, resultados). Assim, arrumar A seria uma atividade crucial para aumentar a efetividade de B; não simplesmente uma atividade de construir álbuns de fotos familiares. Esta primeira

posição, simplificando, seria aquela normalmente esperada no imaginário de uma disciplina científica: um corpo de conhecimento que orienta ações.

Mas e se a relação fosse inversa? Ou seja, se a função da psicologia social acadêmica e teórica, o campo das ideias, fosse a de fornecer um estoque de explicações que podem ser utilizadas posteriormente para embulhar ações que já parecem, pelos seus resultados práticos, eficazes e portanto independem do conhecimento das teorias para seu êxito? Nesse caso, A não produz B, mas, ao contrário, A é um produto de B.

Há ainda outras opções. Uma terceira seria a de que não há relação nenhuma entre A e B; que esses são processos totalmente independentes, em que cada lado vai por conta própria no seu caminho. São diferentes redes de materialidades e socialidades cujos membros humanos são cordiais e, quando os caminhos se cruzam, se cumprimentam “bom dia – como vai?”, mas sem nenhum outro efeito ou consequência. Uma quarta seria que, ao contrário da terceira, A e B são totalmente interdependentes, dois lados da mesma moeda, impossível de serem separados.

Quando conversamos academicamente, nossa tendência é de imaginar que a situação seja hora a primeira das possibilidades (onde a teoria é o motor da ação), hora a última (o sonhado mundo da práxis e da dialética). Ambas são relações ortodoxas; uma mais conservadora e a outra mais sofisticada. Mas raramente pensamos que a situação poderia ser uma das outras duas: que as ações e resultados acontecem antes das ideias, ou que as ideias, as ações e os resultados têm muito pouca ou quase nenhuma relação.

Quantas vezes caímos na armadilha de pensar que, se algo no nosso campo funciona, é porque a pessoa envolvida é psicóloga social; que um psicólogo social é alguém que estudou psicologia social; e que a psicologia social é um campo organizado, arrumado, com conexões fiscalizadas e com garantias de conhecimento disciplinar. Presume-se que os anos de graduação e às vezes pós-graduação serão posteriormente transformados em

práticas profissionais, que serão alimentadas pelo conhecimento avançado fornecido por pesquisadores em artigos de revista, livros e congressos.

Mas será que é assim? Ou será que nossos encontros são eventos onde se cruzam pedaços de algumas tribos (não todas) que conversam socialmente e se aplaudem mutuamente quando fazem comentários sobre os desafios da sociedade moderna, dos desmandos do capitalismo avançado e da necessidade do resgate da cidadania? Que saem do evento felizes por serem psicólogos sociais, mas sem realmente ter discutido coisa com coisa?

Ao me preparar para este fórum, fui olhar os diversos documentos e comprovantes que mantenho como registro da minha carreira acadêmica no Brasil, para ver quando comecei a me envolver na ABRAPSO. Encontrei um atestado assinado por Alberto Abib Andery (pai e professor da PUC-SP) da minha participação como relator na discussão sobre “A Psicologia na Comunidade no Brasil e em Outros Países”, no Primeiro Encontro Regional de Psicologia na Comunidade promovido pela ABRAPSO e o Centro de Ciências Humanas da PUC-SP, em setembro de 1981 (mais ou menos 30 anos atrás!). Note bem o título: “Psicologia na Comunidade”.

Nessa época, muito antes dos livros-textos brasileiros de psicologia comunitária, psicólogos e psicólogas estavam presentes nas comunidades seguindo os passos e espaços abertos por colegas pais, utilizando, como apoio metodológico, as rodas de conversa da teologia da libertação e as técnicas de discussão em pequenos grupos da psicologia social (nada que exija um grande voo teórico e nada – vamos ser francos – que não esteja presente na mala de ferramentas sociais de qualquer ser humano). Quinze anos mais tarde, Erico Renteria reforçou essa reflexão quando trabalhou comigo na sua dissertação de mestrado na PUC-SP (Renteria, 1997). Partindo de uma análise bibliográfica exaustiva das diferentes teorias e propostas de ação sobre trabalho com grupos, com atenção específica às que eram publicadas no Brasil, Erico depois entrevistou psicólogos que usavam técnicas grupais como parte central de seu trabalho, sobre suas abordagens e as orientações teóricas de suas atividades. As respostas eram vagas e no máximo chegaram a ser do tipo “um pouco disso e um pouco daquilo”. O mesmo processo de apropriação eventual se repete em outras áreas de nosso campo onde, por exemplo, atitude virou representação social – ou simplesmente representação – e depois circulação de sentidos, sem gerar nenhuma modificação significativa na noção de sujeito, que continua a ser visto como

um indivíduo portador de uma psique. Para outros, a discussão de grupo virou grupo focal, entrevista virou conversa, em grande parte porque parece mais “atual” – mas as mesmas pessoas continuam discutindo “análise de conteúdo” ou argumentando que a importância da triangulação de métodos qualitativos e quantitativos está na garantia de mais rigor científico.

Por favor, não me interpretem como alguém que está propondo mais coerência ou mais ciência ortodoxa; mais aulas obrigatórias de metodologia ou exames profissionais do tipo OAB. Ao contrário, quero retomar a trilha aberta por Latour e Woolgar (1979/1997) nos seus estudos da vida em laboratório, e depois pelos estudos da complexidade na linha da teoria ator-rede, discutidos por Law e Mol (2002), e propor que falar sobre as principais linhas e progressos na organização teórica do campo no qual nossa querida ABRAPSO se encontra implica presumir que tal lógica é possível e útil. Mas e se não é assim?

No nosso caso, sendo sincero, e aceitando que conhecimento não é um processo linear e orquestrado, quero propor que ABRAPSO 30 anos não é muito diferente da ABRAPSO dezoito anos ou de três anos e meio. ABRAPSO é sempre um aqui e agora. Somos um buffet “por quilo” de ingredientes diferentes, onde as pessoas vão quando buscam algo que as ajude a explicar o que fizeram, para construir um pôster ou apresentação, ou por curiosidade ou porque alguém perguntou e é necessário dar a impressão de seriedade acadêmica. No buffet “por quilo”, alguns escolhem pelas cores dos ingredientes, outros pelas afinidades de gosto, outros porque aquele prato foi feito por amigos, outros porque é obrigatório na religião deles comer peixe nas sextas-feiras e assim vai. No mesmo momento, há pessoas chegando para o buffet trazendo pratos e propondo uma degustação: experimente este – você vai gostar – é bem pós-moderno. Não sei o que é, mas meus professores dizem que é legal.

Seguindo nessa ótica performativa, antes de discutir as psicologias sociais, torna-se necessário perguntar: “quem faz as psicologias sociais?”

Felizmente, não estou sozinho na busca de desembrulhar este tópico, e há muitas contribuições importantes no caminho. (Ver, por exemplo, a tese de doutorado de Mariana Cordeiro da PUC-SP, 2012, sobre as múltiplas maneiras em que as psicologias sociais são performadas por autores, associações e conselhos). Penso, tal como a Mariana, que não há uma resposta a essa questão, a não ser o reconhecimento de que não há nada super especial em ser um psicólogo social. Conversamos muito pouco sobre o que fazemos, formamos grupinhos, disputamos recursos,

não obedecemos aos cânones científicos do “alto clero” do conhecimento, fazemos uma salada de explicações e confundimos constantemente crítica com relações pessoais. Talvez, se tem algo que nos une, é uma busca de ser útil – nada mal em si, desde que levamos esta tarefa a sério. Por isso, psicologia social é especial, e por isso – também talvez - ABRAPSO é um encontro igualmente especial. Por que “talvez”?

Mais de 60 anos atrás, em um pequeno texto que continua sendo um dos meus favoritos, Kurt Lewin (1952) buscou demonstrar que a pergunta sobre hábitos alimentares “por que as pessoas comem o que comem” necessitava ser trocada por outra. A resposta à primeira pergunta era, para Lewin, óbvia: “pessoas comem o que está na mesa”. A segunda pergunta era bem mais difícil: “como a comida chega na mesa?”. Essa foi a base da sua discussão sobre canais, fluxos de possibilidades, barreiras e porteiros não somente sobre hábitos sociais, mas sobre a ação social em geral. Só para exemplificar: você realmente escolhe o que você vai comer; ou você reproduz certas práticas familiares, hábitos tribais (tipo “orgânico”), tem restrições financeiras, vai depender do que está no prato feito do refeitório universitário ou da lanchonete da esquina; ou daquilo que os compradores da sua cadeia de supermercados favorita acham que vale a pena comprar; ou do que seu feirante de sexta-feira achou de boa qualidade na atacadista. Se você trabalha na área urbana, a possibilidade de comer na rua – uma atividade que sustenta milhões de pessoas em volta do mundo – dependerá não somente de você ou da pessoa que faz tapioca na porta da faculdade, mas também dos fiscais da prefeitura.

Pense agora sobre este nosso encontro. Para que este evento possa acontecer – simplificando –, tópicos tiveram que ser colocados na agenda, pessoas identificadas e convidadas para falar sobre os tópicos e processos de seleção de trabalhos criados. Regras foram criadas para determinar quantas pessoas cabem num simpósio, ou fórum, ou mesa-redonda; distinções tiveram de ser negociadas e espaços criados para outros tipos de apresentação: grupos de trabalho, pôsteres, encontros, materiais de divulgação e reuniões de organizações. Equipes de apoio, equipamento, transporte e opções de comida tiveram de ser mobilizados, como também pareceristas, monitores, técnicos em internet, inscrições e depósitos bancários. Em todos estes caminhos e cadeias, portas abrem e fecham, facilitando ou dificultando o fluxo de pessoas e ideias. O mundo não é virtual. Tudo e todos estão fixados ao chão em algum lugar; pessoas precisam se deslocar por ônibus, carro, avião e barco para chegar até aqui – e também voltar. Portas fecham e portas abrem com as possibilidades de transporte

e os recursos disponíveis, com resultados diversos. Pergunta-se: um encontro é representativo de quê? Ou melhor, um encontro é, na prática, o quê?

No caso específico do aqui e agora nesta sala, um dos canais foi construído pelas discussões entre a diretoria ampliada da ABRAPSO e o comitê científico sobre este estranho objeto social chamado “30 anos”, capaz de mobilizar atenções e criar sua própria agenda, tornando mais visíveis pessoas como eu e menos visíveis outras pessoas que ofereceriam outras contribuições para a discussão sobre “psicologia social hoje” e não serão escutadas. Dado que um convite para participar de um fórum ou mesa é também um convite para parar e pensar sobre algo – e pensar, nesse sentido, é ativo, envolvendo a busca de documentos, a discussão com outros, o avanço de certas ideias e o desconforto com outros – não sabemos quantos e quais elaborações foram perdidas no caminho. Eu também, enquanto actante, sou produto de uma cadeia de ações e atividades – qual dos diferentes Peter Spink a comissão científica convidou?

De caminhos diversos vieram os participantes do evento, humanos e não humanos, incluindo alunos de graduação e pós, professores, profissionais, como também os pôsteres, os *power-points*, os livros e os balcões de atendimento. Juntos – performaticamente – trazemos e fazemos múltiplas psicologias sociais hoje. Não somos representativos da psicologia social, somos “presentativos”.

Entre nós há pessoas para as quais A produz B; outros para as quais A é uma invenção de B; outros para quem os dois são totalmente independentes e outros, ainda, que são pela interdependência profunda. Há espaço para todos, em tese, mas não na prática. Há psicólogos sociais e psicologias sociais que não estão aqui, porque não foram convidados, ou seus trabalhos não foram aceitos, ou porque não podiam viajar, ou porque não gostam de ABRAPSO ou porque nunca tinham ouvido falar em ABRAPSO. Não somos especiais, somos simplesmente: “os presentes”.

Se a impressão que estou criando parece um pouco negativa, me permitam corrigi-la. Ao propor que nosso campo é parcialmente fragmentado com conexões frouxas; que o cotidiano do conhecimento é razoavelmente caótico; que a relação entre o carro e os bois é imprevisível, não estou dizendo que isso é errado; que isso não é científico ou profissional. Ao contrário, quero propor que nosso jeito é assim; que nossos avanços acontecem desta maneira. Michael Polanyi (1966) utilizou a noção de conhecimento tácito para mostrar que sabemos mais do que somos capazes de relatar – e penso que essa noção é bastante

útil para compreender a vida coletiva nas comunidades ou ecologias de saber. Por certo, o jeito ABRAPSO é diferente da maneira burocrática que estamos acostumados a usar ao pensar “ciência”. O jeito ABRAPSO é mais para inclusão do que exclusão e, fiel às múltiplas origens e influências na psicologia social, valoriza as suas conexões com as demais ciências sociais; mas valoriza também o brilho no olho e o entusiasmo de se jogar no social.

ABRAPSO cresceu, se estendeu pelo país e seu caráter agregador e acolhedor pode ser observado nas pessoas aqui presentes neste Encontro e, obviamente, a marca de 30 anos é um sinal positivo de um processo social que vai se reinventando. Entretanto, é também uma oportunidade de perguntar para quem serviram e estão servindo todos estes papéis, apresentações e pôsteres.

Aqui vamos lembrar que nosso país continua sendo um membro da primeira divisão de desigualdade econômica e social, conforme os dados publicados recentemente pelo PNUD. Os resultados recentes do Latino Barômetro continuam demonstrando as consequências da ausência de uma efetiva democracia cotidiana, e continuamos – em grande parte – sem espaços independentes de debate, análise crítica e avaliação de políticas públicas e ações governamentais. Se fôssemos avaliar os 30 anos de ABRAPSO em termos de seu impacto neste quadro geral, penso que nossa conclusão não seria muito positiva. Quando penso sobre os milhares de trabalhos de TCC, PIBIC, Mestrado e Doutorado, as bolsas variadas e as atividades apresentadas e debatidas, me pergunto: quem de fato está se beneficiando de nossa psicologia social crítica? Qual é o balanço no final do dia? A contribuição é positiva, ou estamos presos no mesmo ciclo de reprodução das desigualdades duráveis que criticamos? Estamos satisfeitos sobre a clareza de nossos argumentos? Não por razões científicas, mas para podermos ser mais exigentes sobre a contribuição social de nosso trabalho, em termos efetivos, e não simplesmente descritivos? Quais os nossos posicionamentos em termos éticos e morais?

Aqui é útil contrastar duas posições. A primeira é refletida nas diversas cartilhas de ética de pesquisa e publicação que pipocaram nos últimos meses no cenário nacional (e.g., Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ, 2011; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, 2011). Como documentos de domínio público, são pedaços de discussões em circulação; discussões essas que merecem muito mais atenção do que estão de fato recebendo. São parte de um aumento significativo de mecanismos de auditoria

social e institucional, cujas implicações nem sempre são claras e que já afetam universidades, programas de pós-graduação, práticas de publicação e estratégias de financiamento. No seu conjunto, as diferentes cartilhas formam uma rede de materialidades e socialidades, que se expande rapidamente e é um sítio chave para acompanhar as versões de ciência e conhecimento em circulação que são embutidas na prática profissional e podem ser usadas para justificar ou punir condutas.

Podemos adicionar à lista o recente processo de consulta pública sobre a proposta de revisão da Resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde, que versa sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Entre as muitas questões em foco estão a sua abrangência - qualquer pesquisa com seres humanos ou somente para a área de saúde - e sua inserção em um fluxo de mais de cinquenta anos de deliberações e tratados internacionais sobre direitos humanos, incluindo o código de Nuremberg (1947) e a declaração dos Direitos Humanos (1948).

Presente em muitos desses textos (incluindo documentos similares no âmbito internacional) é o pressuposto de que pesquisa é performada por cientistas, e que desde que tenham sido treinados adequadamente e sigam os métodos e procedimentos cientificamente corretos, não há que se preocupar, porque agirão para o bem público. A proposta continua: ciência é um empreendimento neutro que, feito corretamente, gera conhecimento. O problema é com as pessoas que não se comportam como cientistas, que usam métodos inapropriados, fazem as perguntas erradas, estudam questões fora da agenda e não tratam os dados de maneira confidencial. Por essa razão precisamos de códigos de ética e de avaliação duplo-cego para garantir que somente pesquisas de verdade, que produzem conhecimento de verdade, sejam publicadas. A prova do conhecimento está no processo de sua produção.

Agora vamos contrastar esta visão de ética, enquanto uma lista de itens a serem verificados e que, uma vez verificados, permitem que todos possam dormir em paz, com uma outra versão: uma leitura de ética como ação constitutiva da prática cotidiana e sobre a qual somos discursivamente competentes. Ética e moral se referem à maneira que achamos que a vida deve ser vivida, sobre nossas obrigações e deveres, sobre o que é para o melhor, sobre virtudes e valores. Nas palavras de Alasdair MacIntyre (1998), conceitos morais são corporificados em - e parcialmente constitutivos de - formas de vida social. São constantemente presentes na fala cotidiana e, se estamos confortáveis, intersubjetivamente, com a negociação da verdade, do correto e da sinceridade,

por que tanto barulho sobre ética em pesquisa? O problema não é que a ética é um problema, o problema é que fizemos a ética virar um problema. O que era parte de nós virou um estranho – algo separado a ser performado em comitês e códigos.

Em um texto publicado em *Psicologia & Sociedade*, sobre pesquisa no cotidiano (2007), Mary Jane Spink discutiu três estudos clássicos em psicologia social: o estudo da aldeia industrial de Marienthal na Áustria durante um período de intenso desemprego, feito por Jahoda e Lazarsfeld; o estudo “Quando as profecias falham”, coordenado por Festinger, e o extenso trabalho de Barker e Wright de mais de 20 anos sobre crianças no dia a dia, “Midwest e suas crianças”. Todos os pesquisadores envolvidos eram competentes, todos preocupados em abrir questões chaves e socialmente importantes: os dramas do impacto do desemprego no cotidiano; a maneira em que grupos se fecham nas suas crenças – sobre a data do fim do mundo; e a complexidade das redes de materialidade e socialidade no agir das crianças ao longo do dia (que gerou o conceito de *behaviour setting*). Em todos esses casos, seus autores hoje teriam muita dificuldade de levar adiante seus estudos, justificar e aprovar suas investigações diante de um comitê de ética. Seus métodos foram elaborados no caminho, observaram e participaram do cotidiano sem pedir permissão – buscando ser úteis.

Contrastar essas práticas com o universo dos códigos em circulação não é um exercício de lógica ou um teste epistemológico sobre o certo e o errado. Ao contrário, é um alerta político. ABRAPSO, enquanto organização-encontro relativamente acolhedora, consegue reunir de dois em dois anos um bando de gente interessante, com todas as diferenças, sem que haja mortos ou feridos e sem um regulamento geral de conduta e de pesquisa. Não é tarefa fácil manter em balanço as pressões e exigências disciplinares, a preocupação com os problemas e questões sociais e as teorias e propostas de ação. Talvez seja justamente por ser capaz de assumir o desafio de reinventar este balanço em cada encontro que ABRAPSO consegue se manter como uma organização de referência chave para nossa comunidade moral caótica, extensa e, em geral, sincera. Se é assim, devemos continuar...

Nota

- 1 Este texto foi escrito como uma contribuição para o Fórum Temático: “ABRAPSO 30 anos: psicologia social hoje”. 16º Encontro Nacional de Psicologia Social da ABRAPSO, Recife, Universidade Federal de Pernambuco 12 a 15 novembro, 2011.

Referências

- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. (2011). *Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq, 07/10/2011*. Acesso em 25 de julho, 2012, em <http://www.cnpq.br/web/guest/documentos-do-cic>
- Cordeiro, M. (2012). *Psicologia Social no Brasil: multiplicidade, performatividade e contravérsias*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, PUC-SP.
- Perez, E. R. (1997). *Grupos e Intervenções Grupais: relações e implicações na perspectiva de profissionais que trabalham com grupos*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, PUC-SP.
- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP. (2011). Código de Boas Práticas Científicas. Acesso em 25 de julho, 2012, em http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_jun2012.pdf
- Latour, B. & Woolgar, S. (1997). *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. (Original publicado em 1979)
- Law, J. & Mol, A. (Orgs.). (2002). *Complexities: Social studies of knowledge practices*. Durham: Duke University Press.
- Lewin, K. (1952). Psychological Ecology. In D. Cartwright (Org.), *Field theory in social science: Selected theoretical papers* (pp. 170-187). London: Tavistock Publications.
- MacIntyre, A. (1998). *A short history of ethics: A history of moral philosophy from the homeric age to the twentieth century*. Notre dame, IN.: University of Notre Dame Press.
- Polanyi, M. (1966). *The tacit dimension*. Chicago, IL.: The University of Chicago Press.
- Spink, M. J. (2007). Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 7-14.

Peter Spink é Professor do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo Fundação Getúlio Vargas – São Paulo.
Email: peter.spink@fgv.br

Como citar:

Spink, P. (2012). Quem faz as Psicologias Sociais? *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 494-498.